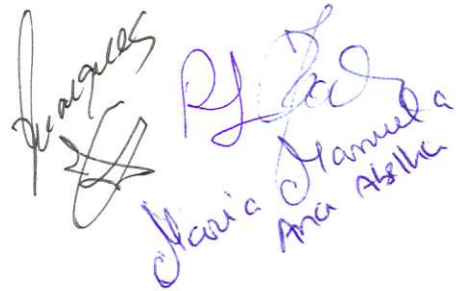


## MOÇÃO



### EM DEFESA DAS FREGUESIAS


A coberto e a pretexto do Pacto de Agressão (que PS, PSD e CDS assinaram com o FMI e a União Europeia), o Governo tem em curso, na continuidade de orientações e opções adoptadas ou tentadas em momentos anteriores, um salto qualitativo na ofensiva contra o poder local democrático.

Um ataque que significaria, a ser levado até ao fim, uma completa descaracterização dos elementos mais progressistas e avançados do Poder Local, a liquidação do que ele representa enquanto conquista de Abril. Um ataque dirigido para asfíxiar financeiramente o Poder Local impondo não apenas a redução dos serviços que as autarquias prestam às populações mas também uma forma indirecta de roubar recursos e meios que lhes seriam devidos, como está patente no novo regime financeiro das autarquias locais e no OE para 2014.

Um projecto de liquidação da autonomia administrativa do Poder Local que dá a dimensão exacta do modelo que o Governo ambiciona impor assente na transformação das autarquias em meras dependências da administração central, desprovidas de meios e competências, à maneira do antigamente.

Um projecto de agressão ao Poder Local que, afrontando a Constituição da República Portuguesa é, na sua essência, um programa de agressão ao País, às populações e às suas condições de vida, indissociável da liquidação de direitos e de serviços públicos essenciais que a política de direita vem prosseguindo, condenando ao declínio muitos concelhos e freguesias.

O processo de liquidação das freguesias, ao qual se soma já o explícito objectivo de eliminação de municípios, é parte integrante desta ofensiva contra o Poder Local e desta agressão às populações. Empobrecimento democrático, destruição de emprego público, enfraquecimento da representação dos interesses e aspirações das populações que a presença de órgãos autárquicos assegura – são estes os objectivos que o Governo prossegue, conduzindo ao aprofundamento das assimetrias e perda de coesão (territorial, social e económica), ao abandono ainda maior das populações, ao acentuar da desertificação e à ausência de resposta aos interesses populares e à satisfação das suas necessidades.



Ao contrário do «reforço da coesão» que cinicamente anunciam, os efeitos dos processos de aglomeração são, como comprovadamente se conhece, adversos à coesão.

Em vez da enunciada «melhoria da prestação dos serviços públicos» proclamada pelos coveiros do Poder Local, resultam arbitrariamente centenas de territórios, muitos deles distando dezenas de quilómetros da sede das novas freguesias, desprovidos da proximidade capaz de dar resposta a um conjunto de solicitações e necessidades.

Após as eleições autárquicas verifica-se no concreto que esta junção de freguesias prejudica e muito as populações.

A luta em defesa das freguesias, e a mobilização popular para devolver às populações as Juntas de Freguesia e a sua identidade, deve continuar até que estas sejam repostas. Esta é uma luta que não pode parar e será também um contributo para derrotar este Governo e abrir caminho à construção de uma política alternativa capaz de dar solução aos problemas do País, devolver aos trabalhadores e ao povo rendimentos e direitos roubados, reafirmar o Poder Local com a sua dimensão democrática.

Face ao exposto, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Alcórrego e Maranhão, reunida no Lugar do Maranhão, no dia 03/12/2013, decide:

**1.º** Manifestar aos Grupos Parlamentares a sua profunda discordância com esta lei por destruir a identidade das diversas comunidades e prejudicar fortemente as populações e exigir que se adotem as medidas legislativas necessárias à devolução das freguesias ao povo.

**2.º** Exortar a ANAFRE e as suas estruturas distritais, assim como as plataformas e movimentos em defesa das freguesias, ao prosseguimento do protesto contra a destruição das freguesias e a exigência da sua reposição.